

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. DAGOBERTO NOGUEIRA)

Altera a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e na comercialização no mercado interno de fraldas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e na comercialização no mercado interno de fraldas.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art.

1º

XLIII – fraldas classificadas no código 9619.0000 da Tipi.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As fraldas são importantes produtos de necessidade básica, tanto as geriátricas como as infantis. É questão de higiene que melhora a qualidade de vida do idoso e dos bebês. Sendo assim, é imprescindível que uma sociedade que deseja se desenvolver ter em conta o bem-estar social de todos que dela participam.



Poderia se argumentar aqui que não há como proteger o direito social a saúde ou ao lazer (art. 6º da CF/88) sem que todos, quando necessitem, tenham acesso a fraldas, conforme o art. 227 da CF diz ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança saúde, dignidade e respeito. Já o art. 230 da CF dispõe da obrigação da família, da sociedade e do Estado o dever de amparar as pessoas idosas, defendendo sua dignidade. É certo que não há saúde, nem dignidade, nem respeito, sem a possibilidade de se ter acesso a fraldas, quando delas se necessita.

Esse PL se propõe a desonerar as fraldas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e na comercialização no mercado interno.

Desta forma, para trazermos mais bem-estar a nossa sociedade como um todo, é que conclamo meus pares ao apoio desta proposição.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado DAGOBERTO NOGUEIRA

2022-9262

